

Águas do Mirante S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Águas do Mirante S.A.
Piracicaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas do Mirante S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Águas do Mirante S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Águas do Mirante S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2017	2016	Passivos	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	53	1.131	Fornecedores e empreiteiros	10	5.108	7.685
Aplicações financeiras	5	31.338	15.814	Financiamentos	11	828	326
Contas a receber de clientes	6	6.645	4.758	Obrigações trabalhistas e sociais	12	1.724	1.573
Impostos a recuperar	7	1.297	152	Obrigações fiscais	13	1.740	1.591
Outros créditos		349	259	Imposto de renda e contribuição social	20	631	-
Total do ativo circulante		39.682	22.114	Total do passivo circulante		10.031	11.175
Aplicações financeiras	5	12.102	8.991	Financiamentos	11	220.052	202.559
Impostos a recuperar	7	15.054	13.004	Adiantamento de clientes		12.101	8.991
Ativo fiscal diferido	20	4.772	5.583	Provisão para contingências	14	79	97
Depósitos judiciais	14	26	25	Outras contas a pagar		914	-
Total do realizável a longo prazo		31.954	27.603	Total do passivo não circulante		233.146	211.647
Intangível	8	263.998	261.099	Patrimônio líquido	15		
Total do ativo não circulante		295.952	288.702	Capital social		98.896	98.896
				Prejuízos acumulados		(6.439)	(10.902)
				Patrimônio líquido		92.457	87.994
				Total do passivo		243.177	222.822
Total do ativo		335.634	310.816	Total do passivo e patrimônio líquido		335.634	310.816

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	78.043	72.349
Custos dos serviços prestados	17	<u>(39.833)</u>	<u>(47.735)</u>
Lucro bruto		<u>38.210</u>	<u>24.614</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais	18	(14.379)	(10.545)
Outras receitas operacionais		21	47
Outras despesas operacionais		<u>-</u>	<u>(8)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>23.852</u>	<u>14.108</u>
Receitas financeiras	19	2.843	909
Despesas financeiras	19	<u>(19.746)</u>	<u>(18.584)</u>
Resultado financeiro		<u>(16.903)</u>	<u>(17.675)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>6.949</u>	<u>(3.567)</u>
Imposto de renda e contribuição social	20	<u>(2.486)</u>	<u>1.125</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u><u>4.463</u></u>	<u><u>(2.442)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>4.463</u>	<u>(2.442)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.463</u></u>	<u><u>(2.442)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016		<u>33.263</u>	<u>(4.937)</u>	<u>28.326</u>	<u>(8.460)</u>	<u>19.866</u>
Aumento de capital social	15 a.	65.633	4.937	70.570	-	70.570
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.442)</u>	<u>(2.442)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>98.896</u>	<u>-</u>	<u>98.896</u>	<u>(10.902)</u>	<u>87.994</u>
Lucro líquido do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.463</u>	<u>4.463</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u><u>98.896</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>98.896</u></u>	<u><u>(6.439)</u></u>	<u><u>92.457</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Águas do Mirante S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos	20	6.949	(3.567)
Ajustes para:			
Amortização	17	10.959	9.137
Resultado na baixa de intangível	8 b. e 8 c.	61	40
Juros sobre financiamentos	11 e 19	19.168	17.606
Amortização custo de captação	11	359	349
Juros sobre aplicações financeiras	5 e 19	(1.511)	(281)
Provisão para contingências	14 e 18	45	73
Provisão para bônus diretoria		914	-
		<u>36.944</u>	<u>23.357</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(1.887)	(311)
Impostos a recuperar		(2.944)	(3.830)
Depósitos judiciais		(1)	(17)
Outros créditos		(90)	580
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		(2.577)	(704)
Obrigações trabalhistas e sociais		151	295
Obrigações fiscais		149	186
Pagamentos de contingências	14	(63)	(7)
Adiantamento de clientes		3.110	5.763
Juros pagos	11	(1.221)	(1.067)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	(881)	-
		<u>30.690</u>	<u>24.245</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(17.538)	(21.296)
Aquisição de intangível	8	(13.615)	(26.609)
		<u>(31.153)</u>	<u>(47.905)</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Financiamentos captados	11	-	18.006
Custo na captação de Financiamentos	11	(24)	(130)
Financiamentos pagos	11	(591)	(685)
		<u>(615)</u>	<u>17.191</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamento			
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(1.078)</u>	<u>(6.469)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		1.131	7.600
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	<u>53</u>	<u>1.131</u>
Redução líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(1.078)</u>	<u>(6.469)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Águas do Mirante S.A. (“Companhia”) é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil com sede localizada na cidade de Piracicaba, São Paulo. A Companhia foi constituída em 01 de março de 2012, com a denominação de Adnos Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. Em 23 de maio de 2012, com a mudança dos acionistas, a razão social também foi alterada para a atual, iniciando efetivamente suas operações em 11 de junho de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão nº 48/2012 - Edital de Concorrência nº 01/2011 firmado com o SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto do Município de Piracicaba, São Paulo (doravante denominada “SEMAE”), concessão esta obtida pela Companhia mediante participação no processo licitatório nº 1687/2011.

O objeto do referido Contrato de Concessão consiste na exploração dos serviços públicos de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do município de Piracicaba, São Paulo, sob o regime de concessão, com parceria público privada, na modalidade administrativa, pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem por finalidade a operação e gerenciamento de atividades objeto desta concessão, designada para fins de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos do processo de tratamento de esgoto. Também faz parte das obrigações, a recuperação, manutenção, ampliação e melhoria do sistema de hidrometria e as atividades de combate às fraudes na micromedição.

O contrato e seus aditivos preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da Concessão em R\$ 332.627. Os principais investimentos estão relacionados a conclusões e construções de Estações de Tratamento de Esgoto e Elevatórias de Esgoto, definidas de acordo com o cronograma de marcos contratuais, e foram finalizados em 2016 de acordo com o cronograma. Com o atendimento destes marcos contratuais, a Companhia atingiu o nível de 100% de esgoto tratado na cidade de Piracicaba.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de março de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 8 - definição de vida útil do ativo intangível;
- Nota explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos; e
- Nota explicativa nº 20 - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

(i) *Contratos de concessão de serviços*

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão que está baseada na Interpretação Técnica nº 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e no Pronunciamento Técnico nº 17 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) *Serviços de esgotamento sanitário*

A receita relacionada ao serviço de esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

d. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados;

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada;

- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “m”.
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos financiamentos.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é copatrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multa recebidos ou auferidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, à taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido tendo como base o prejuízo fiscal, a base negativa da contribuição social e as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas Leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

m. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima à zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou prazo da concessão, dos dois o menor.

n. Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planejou adotar estas normas de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Impactos esperados na adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 48 / IFRS 9 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados. A aplicação da referida norma na Companhia não impacta o critério de mensuração atual.

(i) Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 traz uma nova abordagem na classificação e mensuração de ativos financeiros, a qual considera tanto o modelo de negócios da entidade para o gerenciamento do ativo financeiro quanto as suas características dos fluxos de caixa contratuais.

A norma classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado (CA);
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), eliminando as categorias propostas pelo CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2017, não teriam um impacto na contabilização para 2018, desta forma continuaria como VJR e custo amortizado.

(ii) Classificação de passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 mantém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro é apresentado em outros resultados abrangentes (ORA); e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.
A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros para 2018.

(iii) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 pelo de “perdas de crédito esperadas”, o qual se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Sob a nova norma, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: perdas de crédito resultantes de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório. É aplicada se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: perdas de crédito resultantes de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. É aplicada se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial.

A Companhia pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório.

Entretanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo. Uma Companhia pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

Dentro da abordagem de perda esperada, dois modelos são propostos, o primeiro, um modelo mais robusto e complexo, probabilístico, denominado modelo de 3 estágios, voltado precipuamente a instituições financeiras, segundo o qual a deterioração creditícia do emissor do ativo vai calibrando o montante das perdas esperadas, promovendo com isso um alisamento de resultado. E outro modelo mais simples, que utiliza expediente práticos para mensurar a perda esperada, por exemplo, especificar taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a conta a receber de cliente está vencida, a qual optamos conforme permite o CPC 48.

Conforme CPC 30, parágrafo 18, a receita só deve ser reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade. Portanto, a Companhia já não faz registro contábil das receitas provenientes do volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba - SP, mantendo apenas medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com o intuito de receber esses valores.

Diante disto a avaliação preliminar da Companhia indicou que a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9, não apresentam mudanças significativas nos montantes atuais referente ao contas a receber do modelo de perdas incorridas para o modelo de perdas esperadas.

A Companhia não finalizou o teste de adequação dos seus sistemas e revisão de seus controles internos e as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impactos esperados na adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes:

O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar quando uma receita deve ser reconhecida e mensurada. O CPC 47 / IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.

Com base em nossa avaliação, a Companhia não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói ou melhora a infraestrutura (serviços de construção ou de melhoria) usada para prestar um serviço público podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo.

A natureza da remuneração paga pelo concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato, seja por operação e/ou construção. Essa remuneração pode corresponder aos seguintes direitos:

- **Prestação de Serviços**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados e quando ocorre a prestação de mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

- **Serviços de construção ou de melhoria**

O concessionário deve reconhecer um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa, porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no ativo intangível na medida que ocorre a transferência contínua dos riscos e benefícios significativos, medidos na proporção do estágio de conclusão do contrato e/ou na medida que os custos são incorridos, diretamente relacionados aos respectivos ativos formados.

Impactos esperados na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil:

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Companhia realizou uma avaliação e identificou que a aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 nas demonstrações financeiras nas datas exigidas, de forma geral, não geram efeitos relevantes sobre os saldos reportados.

p. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2017	2016
Caixa	6	6
Bancos conta movimento	47	1.125
	53	1.131

Os saldos de caixa e bancos conta movimento compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis, respectivamente.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	2017	2016
Conta Poupança PJ	70% Selic	Indeterminado	12.102	8.991
Aplicações pós-fixadas	96,36% a 96,48% do CDI	dezembro/2025	-	13.267
Fundo de Investimento Safira	97,47% a 127,92% do CDI	Indeterminado	31.338	2.547
			43.440	24.805
Circulante			31.338	15.814
Não circulante			12.102	8.991

As cotas adquiridas do Safira Fundo de Investimento, gerido pelo *BTG Pactual Asset Management DTVM S.A.*, correspondem a aplicações em um fundo, não exclusivo, de investimentos multimercado de crédito privado, devidamente registrado junto a CVM. As cotas são resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia. A carteira do fundo é composta por Certificados de Depósito Bancário (“CDB”), Operações Compromissadas, Letras Financeiras, Títulos do Tesouro e outros fundos conforme previsto em sua política de investimentos.

As aplicações financeiras apresentadas no ativo não circulante, referem-se a garantia relativa aos recebimentos do Contrato de Concessão.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

Movimentação das aplicações financeiras:	Total
Saldo de 31 de dezembro de 2016	24.805
Aplicação	145.461
(-) Resgate de principal	(127.256)
(-) Resgate de juros	(634)
Incidência de IR	(413)
Incidência de IOF	(34)
Juros no exercício	1.511
Saldo de 31 de dezembro de 2017	43.440

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros.

6 Contas a receber de clientes

	2017	2016
Faturamento de serviço de esgoto	9.526	7.639
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.881)	(2.881)
	<u>6.645</u>	<u>4.758</u>

O vencimento das contas a receber do faturamento de serviços de esgoto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representado:

Classe de consumidor	Saldo a vencer	<u>Saldos vencidos</u>	Total em 2017
		Acima de 180 dias	
SEMAE	6.645	2.881	9.526
	<u>6.645</u>	<u>2.881</u>	<u>9.526</u>
		<u>Saldos vencidos</u>	Total em 2016
		Acima de 180 dias	
Classe de consumidor	Saldo a vencer		
SEMAE	4.758	2.881	7.639
	<u>4.758</u>	<u>2.881</u>	<u>7.639</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e o montante foi considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

O valor de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$ 2.881, constituída no exercício de 2015 se refere a volume de esgoto tratado de órgãos públicos na Cidade de Piracicaba-SP. A Companhia tem adotado medidas administrativas e comerciais junto ao SEMAE com intuito de receber esses valores.

7 Impostos a recuperar

	2017	2016
PIS - Programa de integração social	18	17
COFINS - Contribuição para financiamento da seguridade social	85	83
INSS retido na fonte (a)	16.145	13.005
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	103	51
	<u>16.351</u>	<u>13.156</u>
Circulante	1.297	152
Não circulante	15.054	13.004

- (a) O saldo refere-se a retenções de INSS calculado sobre as notas fiscais de serviços prestados pela Companhia. Durante o exercício de 2017 e 2016 a Companhia ingressou com pedidos de restituição e aguarda a aprovação das autoridades fiscais para ressarcimento dos montantes retidos.

8 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2017			2016
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	35.364	(2.313)	33.051	19.442
Edificações de estações de tratamento	de 04 a 30	3,9%	240.190	(26.831)	213.359	217.145
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	7,0%	1.233	(357)	876	993
Outros componentes	de 03 a 15	9,9%	15.513	(893)	14.620	1.157
			292.300	(30.394)	261.906	238.737
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			2.064	-	2.064	22.321
			2.064	-	2.064	22.321
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	de 03 a 10	23,9%	193	(165)	28	41
			193	(165)	28	41
			294.557	(30.559)	263.998	261.099

Ativo	Vida útil (em anos)	Taxa média anual	2016			2015
			Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura						
Instalações técnicas de saneamento	25	4,0%	20.775	(1.333)	19.442	14.877
Edificações de estações de tratamento	de 10 a 29	3,8%	234.324	(17.179)	217.145	204.216
Máquinas e equipamentos	de 05 a 20	7,1%	1.272	(279)	993	1.087
Outros componentes	de 03 a 15	10,2%	1.911	(754)	1.157	1.367
			258.282	(19.545)	238.737	221.547
Intangível em andamento						
Intangível em andamento			22.321	-	22.321	20.678
			22.321	-	22.321	20.678
Software						
Licença de uso de <i>software</i>	de 03 a 05	30,7%	179	(138)	41	40
			179	(138)	41	40
			280.782	(19.683)	261.099	242.265

b. Movimentação do custo

Ativo	2016	2017			
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga / Contrato de concessão	-	-	-	-	-
Instalações técnicas de saneamento	20.775	-	(40)	14.629	35.364
Edificações de estações de tratamento	234.324	3.032	-	2.834	240.190
Máquinas e equipamentos	1.272	-	(38)	(1)	1.233
Outros componentes	1.911	33	(66)	13.635	15.513
	258.282	3.065	(144)	31.097	292.300
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	22.321	10.840	-	(31.097)	2.064
	22.321	10.840	-	(31.097)	2.064
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	179	14	-	-	193
	179	14	-	-	193
	280.782	13.919	(144)	-	294.557

Ativo	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Instalações técnicas de saneamento	15.488	-	-	5.287	20.775
Edificações de estações de tratamento	213.316	6.935	(40)	14.113	234.324
Máquinas e equipamentos	1.270	2	-	-	1.272
Outros componentes	1.908	50	(2)	(45)	1.911
	231.982	6.987	(42)	19.355	258.282
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	20.678	20.998	-	(19.355)	22.321
	20.678	20.998	-	(19.355)	22.321
Software					
Licença de uso de <i>software</i>	153	26	-	-	179
	153	26	-	-	179
	252.813	28.011	(42)	-	280.782

c. Movimentação da amortização

Ativo	2016		2017	
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(1.333)	(984)	4	(2.313)
Edificações de estações de tratamento	(17.179)	(9.652)	-	(26.831)
Máquinas e equipamentos	(279)	(92)	14	(357)
Outros componentes	(754)	(204)	65	(893)
	(19.545)	(10.932)	83	(30.394)
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	(138)	(27)	-	(165)
	(138)	(27)	-	(165)
	(19.683)	(10.959)	83	(30.559)

Ativo	2015	2016		
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura				
Instalações técnicas de saneamento	(611)	(722)	-	(1.333)
Edificações de estações de tratamento	(9.100)	(8.080)	1	(17.179)
Máquinas e equipamentos	(183)	(96)	-	(279)
Outros componentes	(541)	(214)	1	(754)
	(10.435)	(9.112)	2	(19.545)
Software				
Licença de uso de <i>software</i>	(113)	(25)	-	(138)
	(10.548)	(9.137)	2	(19.683)

O ativo intangível, registrado na rubrica direito de exploração da infraestrutura, refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear e seu início ocorre na data de aquisição do bem ou na data de término das obras, indo até o término do prazo de concessão ou da vida útil, dos dois o menor.

Os juros sobre financiamentos são capitalizados nos ativos qualificáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$ 304 a uma taxa média de 9,47% a.a. (R\$ 1.402 e 10,80% a.a. em 31 de dezembro de 2016) e estão sendo considerados dentro das adições do “Intangível em andamento”.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar os bens com vida útil definida, bem como efetuar provisão de perda de valor recuperável de bens com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2017.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2017, a remuneração do pessoal chave da Administração, que contempla a Diretoria totalizou R\$ 1.376 (R\$ 572 em 31 de dezembro de 2016) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

Em Reunião de Diretoria realizada em 15 de dezembro de 2017, foi aprovado a constituição de provisão para pagamento adicional de prêmio extraordinário aos diretores no montante de R\$ 914 a ser realizado a partir de 2019, relativo à performance da Companhia auferida nos últimos exercícios sociais, reconhecido na rubrica outras contas a pagar não circulante.

A Companhia não possui outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm a totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	2017	2016
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo intangível no exercício		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	1.729	2.367
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	-	16
Minerpav Mineradora Ltda. (a)	-	26
	1.729	2.409
	1.729	2.409
	2017	2016
Passivo circulante		
Fornecedores (nota explicativa nº 10)		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	358	1.401
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	372	348
Águas de Matão S.A. (a)	47	118
Águas de Holambra Saneamento SPE Ltda. (a)	-	16
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	123	84
Minerpav Mineradora Ltda. (a)	-	19
	900	1.986
	900	1.986
	2017	2016
Resultado do exercício		
Custos e despesas dos serviços prestados		
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (a)	655	1.400
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	1.066	587
Minerpav Mineradora Ltda. (a)	-	1
	1.721	1.988
	1.721	1.988
	2017	2016
Despesas de vendas administrativas e gerais		
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (a)	259	187
Aegea Saneamento e Participações S.A (b)	4.702	3.798
	4.961	3.985
	6.682	5.973

- (a) Refere-se à contratação de serviços associada a obras de ampliação de rede de tratamento de esgoto prestado pela Aegea Engenharia e Comércio Ltda., serviços de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. e as demais empresas refere-se a repasse de gastos administrativos e operacionais.
- (b) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados ("CAA" - Centro Administrativo AEGEA) situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação.

10 Fornecedores e empreiteiros

	2017	2016
Fornecedores de materiais e serviços	4.208	5.699
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	900	1.986
	5.108	7.685

11 Financiamentos

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor Contratado	Valor Captado	2017	2016
Projeto CEF	TR + 8,5% a.a.	fevereiro/2039	195.735	179.474	217.018	198.446
Finame	Pré-fixado 6% a.a.	outubro/2024	174	174	127	146
Finisa	Pré-fixado 3,5% a.a.	novembro/2023	4.912	4.912	3.735	4.282
Outros	Leasing	janeiro/2017	433	433	-	11
					220.880	202.885
Circulante					828	326
Não circulante					220.052	202.559

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Cronograma de amortização da dívida - financiamentos

	2017	2016
2018	-	599
2019	11.731	5.178
2020	12.453	6.419
2021	12.453	6.798
2022	12.453	7.199
2023 em diante	177.899	183.639
	226.989	209.832
Custo de captação (longo prazo)	(6.937)	(7.273)
Total	220.052	202.559

Movimentação das dívidas

Saldo de 31 de dezembro de 2016	202.885
Captações	-
(-) Pagamentos do principal	(591)
(-) Pagamentos de juros	(1.221)
Provisão de juros	19.168
Juros capitalizados no intangível	304
(-) Custo de captação do exercício	(24)
Amortização do custo de captação do exercício	359
Saldo de 31 de dezembro de 2017	220.880

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 24 (R\$ 130 em 2016). O saldo do custo de captação em 31 de dezembro de 2017 totaliza o montante de R\$ 7.296 (R\$ 7.631 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1)

- Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 24 de fevereiro de 2015, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo (prazo total de 240 meses) junto à CEF e repasse via Banco BTG Pactual S.A., no montante total de R\$ 195.735 para fazer frente ao seu programa de investimentos. Do valor total, R\$ 179.474 já foram desembolsados. Tal financiamento é destinado ao programa de investimentos necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes de contrato de concessão.

A Companhia concedeu garantias relacionadas a tal operação, dentre elas as mais importantes são:

- Alienação fiduciária das ações detidas pela Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Vinculação da receita e cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão;
- Notas Promissórias no valor do contrato; e
- Garantia Fidejussória assumida pela interveniente anuente Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias, restrições e *covenants* qualitativos e quantitativos usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas quantitativas e qualitativas referentes aos financiamentos estão integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

12 Obrigações trabalhistas e sociais

	2017	2016
Salários e ordenados	25	71
Participação nos lucros	984	701
Provisão de férias	454	621
Encargos sociais	261	180
	<u>1.724</u>	<u>1.573</u>

13 Obrigações fiscais

	2017	2016
PIS/COFINS a recolher	1.571	1.171
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	-	7
PIS/COFINS/CSLL retidos	76	247
IRRF/INSS/ISS sobre serviços de terceiros a recolher	93	166
	<u>1.740</u>	<u>1.591</u>

14 Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Companhia, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso e depósitos judiciais, como segue:

Natureza	Contingências		Depósitos judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Cíveis	6	3	-	-
Trabalhistas	73	94	26	25
	<u>79</u>	<u>97</u>	<u>26</u>	<u>25</u>

Movimentação da provisão para contingências

Natureza	2016	Adições	Pagamentos	2017
Cíveis	3	27	(24)	6
Trabalhistas	94	18	(39)	73
	<u>97</u>	<u>45</u>	<u>(63)</u>	<u>79</u>

Natureza	2015	Adições	Pagamentos	2016
Cíveis	1	9	(7)	3
Trabalhistas	30	64	-	94
	<u>31</u>	<u>73</u>	<u>(7)</u>	<u>97</u>

a. Processos cíveis

A Companhia possui processos possíveis que correspondem principalmente as causas envolvendo pleitos de clientes com pedidos de refaturamento de contas, danos morais e danos materiais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui contingências de natureza cível que totalizam R\$ 680 (R\$ 645 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliadas como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Processos trabalhistas

A Companhia é parte envolvida também em processos relacionados a reclamações trabalhistas associadas à cobrança de horas extras, descanso semanal remunerado e adicional noturno, não existindo processo de valor individual significativo. Em 31 de dezembro de 2017, existem também processos de mesma natureza que totalizam R\$ 739 (R\$ 568 em 31 de dezembro de 2016) e que foram avaliados como sendo de risco de perda possível pelos advogados e pela Administração, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social integralizado é de R\$ 98.896 (R\$ 98.896 em 31 de dezembro de 2016) e está representado por 98.896.608 ações ordinárias (98.896.608 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2017	2016
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Outros	0,01%	0,01%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

Em 29 de janeiro de 2016, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integralizou capital mediante compensação de crédito existente em contas correntes no valor de R\$ 4.937. Na mesma data, mediante compensação de crédito existente em contas correntes, a acionista aumentou capital da Companhia, no valor de R\$ 65.633, mediante a emissão de 65.633.608 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalizando o capital social de R\$ 98.896.

16 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita de prestação de serviços		
Serviços de esgoto	74.053	56.586
Receitas de construção	10.840	20.998
Total receita bruta	<u>84.893</u>	<u>77.584</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	<u>(6.850)</u>	<u>(5.235)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>78.043</u>	<u>72.349</u>

17 Custos dos serviços prestados por natureza

	2017	2016
Pessoal	(4.876)	(5.188)
Conservação e manutenção	(860)	(811)
Serviços de terceiros	(3.462)	(3.213)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.262)	(843)
Amortização	(10.959)	(9.137)
Créditos de PIS e COFINS	1.784	811
Custo de construção	(10.840)	(20.998)
Energia elétrica	(6.475)	(6.220)
Produtos químicos	(728)	(589)
Locação	(1.438)	(907)
Outros	(717)	(640)
	<u>(39.833)</u>	<u>(47.735)</u>

18 Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza

	2017	2016
Pessoal	(4.673)	(3.291)
Conservação e manutenção	(106)	(93)
Serviços de terceiros	(7.204)	(4.950)
Materiais, equipamentos e veículos	(480)	(413)
Energia elétrica	(27)	(18)
Seguros	(58)	(255)
Viagens e estadias	(174)	(34)
Provisão para contingências	(45)	(73)
Impostos, taxas e contribuições	(106)	(78)
Locação	(536)	(405)
Publicidade e propaganda	(578)	(655)
Outras	(392)	(280)
	<u>(14.379)</u>	<u>(10.545)</u>

19 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.511	281
Juros e multa recebidos ou auferidos	1.001	420
Outras receitas financeiras	331	208
Receitas financeiras	<u>2.843</u>	<u>909</u>
Despesas		
Encargos e variação monetária sobre financiamentos	(19.168)	(17.606)
Juros sobre atraso em pagamentos	(44)	(499)
Despesas com IOF	(34)	(42)
Despesas e comissões bancárias	(9)	(45)
Impostos s/ receitas financeiras (PIS/COFINS)	(132)	(42)
Outras despesas financeiras	(359)	(350)
Despesas financeiras	<u>(19.746)</u>	<u>(18.584)</u>
Resultado financeiro	<u>(16.903)</u>	<u>(17.675)</u>

20 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração do resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está apresentada como segue:

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	6.949	(3.567)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>(2.363)</u>	<u>1.213</u>
Despesas indedutíveis	(420)	(88)
Inovação tecnológica	242	-
PAT	31	-
Outras diferenças permanentes	24	-
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(1.675)	-
Diferido	(811)	1.125
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(2.486)</u>	<u>1.125</u>
Alíquota efetiva	<u>36%</u>	<u>32%</u>

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos

	2017
Total do imposto de renda e contribuição social apurados	(2.486)
Itens que não afetam o caixa (ver composição a seguir)	1.605
Total do IR/CS pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	<u>(881)</u>
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:	
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferido	(811)
Compensações referente a saldo negativo IR/CS e retenções na fonte	(163)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	<u>(631)</u>
	<u>(1.605)</u>

b. Composição e movimentação dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2016	Resultado	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	980	-	980
Provisão para participação nos lucros	316	19	335
Provisão para contingências	33	(6)	27
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.768	(742)	11.026
Ativo fiscal diferido	<u>13.097</u>	<u>(729)</u>	<u>12.368</u>
Juros capitalizados no intangível	(4.478)	52	(4.426)
Custo de transação de financiamentos	(2.595)	114	(2.481)
Diferimento sobre o lucro com órgãos públicos	(441)	(248)	(689)
Passivo fiscal diferido	<u>(7.514)</u>	<u>(82)</u>	<u>(7.596)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>5.583</u>	<u>(811)</u>	<u>4.772</u>

21 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 30,24% do saldo de contas a receber em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2016 esta provisão, era de R\$ 2.881, representando aproximadamente 37,71% do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2017	2016
Caixa e equivalente de caixa	53	1.131
Aplicações financeiras	43.440	24.805
Contas a receber de clientes	6.645	4.758
	50.138	30.694

Garantias

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Aegea Saneamento, no exercício atual a Companhia não forneceu nenhuma garantia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Administração julga que a Companhia não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	5.108	5.108	5.108	-	-	-	-
Financiamentos	220.880	494.177	1.911	23.140	27.352	27.126	414.648
Outras contas a pagar	914	914	-	914	-	-	-
	226.902	500.199	7.019	24.054	27.352	27.126	414.648

2016

	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	7.685	7.685	7.685	-	-	-	-
Financiamentos	<u>202.885</u>	<u>506.766</u>	<u>1.815</u>	<u>1.904</u>	<u>24.252</u>	<u>29.289</u>	<u>449.506</u>
	<u>210.570</u>	<u>514.451</u>	<u>9.500</u>	<u>1.904</u>	<u>24.252</u>	<u>29.289</u>	<u>449.506</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor Contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	43.440	24.805
Instrumentos de taxa variável		
<i>Passivos financeiros</i>		
Financiamentos	220.880	202.885

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2017	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
		Variação do CDI	6,89%	2.159	2.699	3.239	1.619	1.080
		Variação da Selic	6,90%	835	1.044	1.253	626	418
2- Passivos financeiros								
		Variação da TR	0,61%	(1.324)	(1.655)	(1.986)	(993)	(662)
				<u>1.670</u>	<u>2.088</u>	<u>2.506</u>	<u>1.252</u>	<u>836</u>
1 + 2 Exposição líquida	(173.578)							

Gerenciamento do capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Nota	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2017
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	-	53	-	53
Aplicações financeiras	5	31.338	12.102	-	-	43.440
Contas a receber de clientes	6	-	-	6.645	-	6.645
Total		<u>31.338</u>	<u>12.102</u>	<u>6.698</u>	<u>-</u>	<u>50.138</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	5.108	5.108
Financiamentos	11	-	-	-	220.880	220.880
Outras contas a pagar		-	-	-	914	914
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>226.902</u>	<u>226.902</u>
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	4	-	-	1.131	-	1.131
Aplicações financeiras	5	15.814	8.991	-	-	24.805
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.758	-	4.758
Total		<u>15.814</u>	<u>8.991</u>	<u>5.889</u>	<u>-</u>	<u>30.694</u>
Passivos						
Fornecedores e empreiteiros	10	-	-	-	7.685	7.685
Financiamentos	11	-	-	-	202.885	202.885
Total		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>210.570</u>	<u>210.570</u>

Valor justo

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de financiamentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é demonstrado abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos				
Projeto CEF	224.233	236.023	205.981	211.544
Finame	127	127	146	146
Finisa	3.816	3.816	4.378	4.378
Outros	-	-	11	11
	<u>228.176</u>	<u>239.966</u>	<u>210.516</u>	<u>216.079</u>

Os valores justos dos financiamentos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e *Bloomberg*) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Apuração do valor justo

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

A divulgação do valor justo dos financiamentos é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas bases.

* * *

Contador

Jackson Luis da Silva Santos
Contador - CRC PR 034233/O-7